Acesse: leiturasdiversas.wordpress.com

(Capítulo *Dom Pedro II, Imperador Cinzento de Uma Terra de Sol Tropical,* do livro de Gilberto Freyre *Perfil de Euclides da Cunha e Outros Perfis*)

A cem anos de distância do dia em que nasceu dom Pedro II, reunamo-nos em volta do seu nome, não em hirto esforço necrófilo, nem com o senso, todo social e moral, que manda ir de preto e solenemente às missas de defunto – mas animados da alegria intelectual de procurar compreender uma grande vida, dramaticamente ligada à vida do Brasil.

O ambiente, aliás, não pede outra atitude; nem o assunto pedia outro ambiente. O ambiente de uma biblioteca. À sombra dos livros. Entre os livros, mais que entre as casacas dos ministros e os decotes das viscondessas, viveu dom Pedro II; e agora que ele é morto, e passa o centenário do dia em que nasceu, é justo que falemos de sua vida entre os livros que tanto amou. Entre os livros que amou demasiadamente. Entre os livros que no seu palácio recebia, como Pedro I às mulheres: antes dos grandes do Império. Pelo menos foi o que aconteceu ao pastor protestante norte-americano que lhe levou de presente, num simples tílburi, um dicionário de Webster, *Mosses from and old manse,* de Halthorne, e um *Hyperion,* de Longfellow: foi recebido antes dos titulares, dos conselheiros, dos diplomatas "en grande tenue".

A cem anos de distância, um morto que nos interessa não precisa de nossa condescendência. Nem da piedade de ninguém. Porque já não é um morto. Mortos são os que morrem nas missas de sétimo dia: na última luz de vela litúrgica que então se apaga; na última palavra convencional de elogio que então se diz entre os parentes de luto.

Ora, dom Pedro II chega até nós. Uma grande saudade o faz viver. Nunca em torno de um nome de rei foram mais fortes os gritos de

“Le roi est mort; vive le roi!”. Gritos de saudade. Saudade não de um rei, mas, para muitos, do Rei.

À sombra destes livros, e diante de uma figura em certo sentido tão viva, falemos sem unção necrófila. Não nos interessa sacrificar em dom Pedro II seu justo relevo humano para o alongar mística ou piedosamente em anjo, em santo ou em herói. Ele não foi nem santo nem anjo nem herói. A querermos exaltá-lo a alturas épicas, o justo é lhe concedermos a glória de mártir. A glória de mártir a esse pobre querido dom Pedro que da meninice não recolheu nenhum sabor; nem da mocidade nenhum encanto, tão cedo se abafaram nele todas as alegrias de viver, primeiro sob as sombras da vida de príncipe e logo sob as dobras hieráticas do manto de imperador; a esse pobre querido dom Pedro cujo cabelo louro se embranqueceu todo e quase de repente na grande dor brasileira da guerra com o Paraguai; e que foi no fim da vida negado e traído como um rei Lear, a quem não faltasse a auréola dramática das barbas mais tristemente brancas que ainda se viram em rosto de imperador.

Menino mais triste e só que o nascido há anos no castelo da Boa Vista, em São Cristóvão, dificilmente se imagina. Alguma Frau Sorge cá do trópico decerto o viu nascer; e sobre ele deitou toda a acidez do seu olho mau. Sob a influência desse mau-olhado, quase não brincou nem riu o filho de Pedro I, antes se fez homenzinho aos nove ou dez anos, entre as lições de latim e história sagrada do carmelita pernambucano frei Pedro de Santana Mariana, as de literatura do marquês de Sapucaí, as de caligrafia de monsieur Boulanger, as de alemão do doutor Shuch, as de franc~es de monsieur Boiret, as de geografia e história de monsieur Taunay e as de inglês de mister Lucas.

Estava, aliás, nos hábitos do Brasil do século XIX, o de sacrificar a meninice dos meninos à tola vaidade de os fazer prematuramente homens. Viajantes estrangeiros da época – Rendu, Denis, Fletcher e Kidder, Walter Colton – todos destacaram esse traço melancólico da vida brasileira. E é de fato um Brasil, o de 1830, 40, 50, 60, em que as meninas, cedo mães

dolorosas, mal experimentaram o prazer da meninice. Aos doze anos – a idade da saia comprida de brinquedo – já a vestem a sério para ir à missa pelo braço do marido de cartola. Aos quatorze anos – a idade dos bebês de mentira, de pano ou de louça – já os têm de verdade e de carne. E os meninos aos oito anos já são uns indivíduos sombrios; já sabem os nomes dos três inimigos da alma; já sabem somar, multiplicar, dividir; já declinam em latim. Andam a passo de enterro e de preto, chapéu e roupa de homem. Nos dias de domingo, de festa e primeira comunhão apresentam-se de sobrecasaca preta e calça preta e borzeguins pretos. De luto, talvez, da própria meninice.

Isso no caso dos meninos em geral. No caso do filho de Pedro I, multiplique-se tudo por dez ou por cem. A liberdade de brincar – a maior, ou pelo menos a melhor, de todas as liberdades – não a conheceu dom Pedro II, filho de imperador. Triste e sozinho filho de imperador, quase sem companheiros de brinquedo; sem poder, como os filhos de senhor de engenho, brincar de carrossel nas almanjarras, com os moleques seus leva-pancadas; nem armar arapucas com rodelinhas de banana para apanhar passarinhos; nem tomar banho de rio chupando caju; sem poder, como os meninos da cidade, empinar papagaio, jogar pião ou comprar ao postigo rolete de cana ou cocada às negras de tabuleiro. E sem ouvir histórias da carochinha ou bruxedo das pretas velhas de cabeção picado de renda – histórias de mãe d'água e saci. Apenas fábulas de La Fontaine contadas pelo monsieur Boiret, no seu francês todo ossos de pedagogo oficial.

Não teve a liberdade de menino quem não teria a de homem. Uma meninice sem gosto nenhum de meninice, a de dom Pedro II. Abafada, tristonha, só. Regulamentada nas menores coisas. Às sete horas da manhã devia levantar-se. Depois fazer sua *toilette* e rezar, dando graças a Deus. Às oito almoçava em presença do médico, a quem cumpria examinar a comida e não consentir que ele comesse demais. Descansava até às nove horas, e estudava desde as nove até às onze e meia. Em seguida – aqui o *Regulamento do serviço do Paço* abrandava um pouco – podia divertir-se e passear pelo Paço, até uma e meia da tarde. À uma e

meia devia preparar-se para o jantar, que era às duas horas. Às duas em ponto começava o jantar em presença do médico e do camarista e, quando possível, da camareira-mor. Só podia conversar à mesa sobre assuntos científicos ou de beneficência. Depois do jantar – aqui o *Regulamento* era terrível – não devia saltar, nem se aplicar em coisa alguma nem, muito menos, dormir. Às quatro e meia, ou cinco horas, sendo o dia de sol, podia passear no jardim, devendo recolher-se cedo, antes do cair da noite. Findo o passeio, devia ler livros e "coisas compatíveis com a sua idade e o seu desenvolvimento intelectual, tendendo essa leitura, progressivamente, para assuntos cada vez mais profundos". Às oito da noite, devia rezar de novo; às nove cear e às nove e meia ou dez horas, deitar-se.

Roupas, não podia vestir as que quisesse porque, pelo *Regulamento,* competia a um seu criado a escolha do vestuário de acordo com a temperatura do dia. O mesmo quanto aos banhos: a própria temperatura deles, era o médico – por ordem do *Regulamento* – quem determinava. E vivendo Pedro com suas irmãs, sob o mesmo teto, no Paço de São Cristóvão, pelo feroz *Regulamento,* só lhe era permitido ir aos aposentos delas, quando já tivessem almoçado.

Não tarda a pesar sobre a cabeça do adolescente fino e franzino, pálido e livresco, criado mais à sombra que ao sol, o peso de uma coroa enorme. Enorme coroa que a mão potente de Digo Antônio Feijó – Diogo Antônio: o nome parece de romano – acabara de salvar num acre e pungentíssimo esforço, detendo-a, contra a danação demagógica e completando a obra admirável de José Bonifácio.

Curiosa surpresa, a de Pedro II, depois de Pedro I. Depois de Pedro I, todo instinto, toda volúpia de mando, mal sabendo ler, mal sabendo escrever, voz malcriada de capitão de brigue, boca em bico de prognato, bochechas de quem sopra cometa, perfil agudo de sátiro – Pedro II, esquivo não só aos brilhos mais vivos da ação como aos gestos mais galantes do amor; desdenhoso do poder, embora desde novo com algum instinto do mando; voz de

menino aos cinquenta anos, rosto de avô aos 25, livresco desde os oito; e aos onze ou doze anos mais sabedor de francês, de geografia, de latim, de aritmética que o seu livre e augusto pai.
De surpresas assim está cheia a história: elas têm o encanto de repelir as generalizações das mesdames de Thèbes da sociologia, como o idiota do Gustavo Le Bon. Não conheço surpresa maior que a de são Luís Gonzaga descender de Vincenzo Gonzafa. Depois de Vincenzo, em cuja corte tão voluptosamente se vive que comida é aromatizada para estarem sempre as bocas perfumadas para os beijos – Luigi recusando-se, ainda menino, num brinquedo, a beijar à parede a sombra duma menina; e deitando cinza à comida. Dom Pedro II não chegou aos extremos do santo: mas de muita cinza salpicou sua vida e a da corte imperial; e – segundo se diz – fugiu de muita sombra de mulher que teria sido facilmente sua.

Com a maioridade começou para o Brasil uma época bem caracterizada nas suas tendências e virtudes. No seu cinzento. Espécie de era vitoriana brasileira, com dom Pedro projetando sobre a vida nacional uma sombra de governante inglesa fantasiada de imperador.

Á sua vida como à da sua corte faltou certo *brilliant setting of sin* – frase de Walter Pater que não traduzo para não perturbar com ela nenhuma imaginação de adolescente. De modo que se tem hoje a impressão de um processo de acinzentamento, estudando-se o reinado de Pedro II. De cinzento-claro para cinzento-escuro. E bem escuro o cinzento da *noite histórica* de que fala Raul Pompeia: o fim do Império no Brasil, diante do *pronunciamento* de 15 de novembro. "Um coche negro – diz Pompeia – puxado a passo por dois cavalos que se adiantavam de cabeça baixa; como se dormissem andando. À frente duas senhoras de negro a pé, cobertas de tristes véus, como a buscar caminho para o triste veículo." Uma delas devia ser Frau Sorge.

Dizer-vos que o Segundo Império foi no Brasil, pela tirania moral de Pedro II e do seu *lápis fatídico* – que até ao um tanto boêmio barão do Rio Branco dificultou a ascensão política – um período

melancolicamente virtuoso, isto não hesito. Não é que a virtude não se possa aguçar em alegria artística. Não é que não exista uma estética da virtude como existe uma estética do pecado. Há vidas de santos que chegam a ser tão interessantes como as dos grandes pecadores. Mais interessantes até. São Francisco de Assim, por exemplo, viveu uma vida lírica; e mais sugestiva que a de muito aristocrata do pecado.

Mas a estética da virtude dificilmente a conseguem os governantes que se parecem às governantes; ou que pretendem tiranicamente acinzentar em calvinistas os povos que governam. E é o que foi Pedro II com sua "ditadura da moralidade", com suas preocupações de marcar a lápis azul o estadista que tinha amante, o senador que bebia, o político que jogava. O período de reação puritana na Inglaterra, por exemplo, é uma quadra tristonha. Dá saudade dos dias de Wolsey com ruge-ruge de sedas, lampejos de púrpura e esplendores de cor, com o vinho a avermelhar de manchas alegres a palidez das tapeçarias, com bois inteiros a assar na cozinha de Christ Church; dá saudade da *Merrie England* de Henrique I, com brigas de galos cheias de salpicos de sangue, reunindo em festa a nobreza loura dos castelos; dá saudade dos dias da rainha Elizabeth com o teatro de Shakespeare e a poesia livre.

A tirania moral tem o inconveniente de dar saudade dos próprios excessos do pecado. A Inglaterra sai do período puritano toda acinzentada para de novo se animar de cores alegres na contrarreação que estabelece, enfim, certo equilíbrio na vida inglesa; e recupera, para a imaginação dos sentidos, direitos por um momento abafados. Volta a animar a vida inglesa certo *brilliant setting of sin* que apenas empalidece sob os véus de viúva da rainha Vitória; mas não de todo, porque sob Vitória é primeiro-ministro Disraeli, com aquele seu rosto recurvo de polinchinelo e os restos daquele seu luxo israelita de vestir-se de cetim e veludo; e filho de Vitória é Eduardo VII; e ainda sob Vitória é que aparece o *Yeloow Book:* outra mancha de cor a alegrar os dias de viuvez vitoriana.

Eu não estou a desejar que a corte de Pedro II tivesse sido escandalosa e cheia de brilhos teatrais e cores vivas de pecado: apenas que tivesse sido mais elegantemente mundana; mais dramática; mais rica de sugestões para a imaginação burguesa e popular do brasileiro. Fala-nos um moralista nas "obscuras virtudes tão raras e tão precisas no lar doméstico quão nocivas popularidade dos príncipes". Dos príncipes de toda espécie. E o conceito me parece justo, isto é, corresponder à realidade.

Não é que os príncipes devam viver, trabalhar e pecar às claras: nada mais repugnante que essa máxima da ética positivista. Sob um critério rigidamente moral, pecar às claras será talvez superior a pecar à meia-luz. Mas sob o critério estético-moral, pecar à meia-luz é mais bonito. Pecar e fazer o bem. Nada mais horrível do que o homem que trabalha, dando a todos a impressão de que trabalha. O bonito é trabalhar dando a impressão da mais oriental e mole das preguiças.

Ao Segundo Reinado, no Brasil, talvez tenha faltado essa sugestão não só de pecado como de virtude à meia-luz, que torna tão cara à imaginação popular uma figura de príncipe ou de grande homem. A imaginação brasileira cedo se inteirou de que a vida mais burguesmente insípida se vivia na sua corte; e desinteressou-se dela.

Pedro II fez-nos na verdade mergulhar no mais inestético dos puritanismos; exagerou-se na tirania moral para falhar na estética ou no ritual do poder – elemento tão caro ao sentido de beleza de um povo nascido sob o encanto da liturgia da missa; criado entre os esplendores de ouro e prata e os lampejos de roxo e de verde das *missões* dos padres da S.J.; entre a simbologia viva, dramática, às vezes trágica da Igreja – quimeras, águias, monstros, serpentes, folhas de louro, cardos; entre os azuis do culto da Virgem; à sombra dos baldaquinos; ao ritmo dos gestos vagarosos de padres batizando, casando, abençoando, esconjurando, ajoelhando-se, exaltando Nosso Senhor, louvando no mais doce dos latins o nome de Nossa Senhora – *Mater Inviolata, Rosa Mystica, Regina Sacratissimi Rosarii* – cantando

em voz grave o *Adoremus Dominum,* fazendo o pelo-sinal-da-santa-cruz, levando aos doentes Nosso Pai, erguendo o Santíssimo ante os devotos de joelhos, dando-lhes a beijar a ametista, benzendo tachas e fornalhas de engenho. Povo assim nascido e assim criado não nasceu nem se criou para ver os seus destinos ligados de repente ao cinzento ou ao preto de uma cartola; nasceu e criou-se para ver os seus destinos por muito tempo ligados ao ouro vivo de uma coroa. Durante todo o seu período de formação ou de adolescência pelo menos. Para isso o predispôs uma história colonial à parte do conjunto da história americana. Em vez de caudilhos ou de presidentes – um rei, uma cora, um imperador com aquelas reminiscências do "imperador do Divino" a que se referiu uma vez, malicioso e arguto, o grande José Bonifácio.

Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar a coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de cartola preta aos olhos do seu povo, desejoso de um governo não só paternal como majestoso. E à testa da monarquia brasileira, igreja manuelina a pedir missas solenes mais do que sermões moralistas, ele nos dá esta ideia melancólica: a de um pastor protestante a oficiar em catedral católica. Na verdade ele não oficia: o litúrgico lhe parece desprezível. Apenas sermoniza, moraliza, prega – tudo isso mediocremente.

Ramalho Ortigão lamentando em dom Pedro II o recluso, o especulativo, o refratário à marcialidade, a sua falta de "brilho vibrante e comunicativo", nos dá este flagrante de vida de corte no Brasil do segundo imperador: "para evitar os solavancos da estrada o corpo diplomático ia ao paço de bonde e seguido pelas carruagens vazias levando os espadins".

No meio de tudo isso – dessas carruagens vazias levando os espadins dos homens de prol – o imperador com vergonha do papo de tucano, que afinal cai no ridículo. O imperador a sair do palácio, a tirar o retrato e a governar o Brasil de cartola burguesa. O imperador a exceder-se em formas cenográficas de liberalismo postiço.

Daí o estado e de *anomalia detestável* em que viveu o Brasil nos últimos anos do segundo imperador: majores e tenentes positivistas – filiados ao sistema filosófico da ordem e da autoridade – é que se revoltam contra a ordem e a autoridade como se lhes competissem iniciativas políticas. A *Pedro Banana* – o nome do imperador nas caricaturas dos jornais – opõem o *Marechal de Ferro,* cuja imagem de soldado forte, de senhor de engenho rústico, de caboclo macho do norte, correspondente a certa tradição brasileira – tradição do homem brasileiro do povo – amiga dos governos de senhores poderosos, de caciques resistentes e astuciosos, de patriarcas duros e ao mesmo tempo paternais no exercício do mando. Tradição na qual talvez exista algum resíduo masoquista de nossa formação patriarcal, com grande parte da população submetida a senhores, a pais, a avós, a padres, a tios, a capitães-mores. Tradição semelhante à que marcou de tal modo o povo russo – com o qual o nosso se parece sob tantos aspectos – a ponto de seus primeiros chefes marxistas, dos primeiros ditadores do seu operariado revolucionário, terem tomado aspectos patriarcais como Lênin; ou apelidos que lembram o do nosso Floriano: *Marechal de Ferro.*

No meio dos livros, Pedro II perdera de vista o Brasil: um Brasil que o queria não de cartola mas de coroa; e marcial, paternal, litúrgico, em relevos de ação. Um Brasil que o queria mais para o ver de cetro, reinando e a cavalo, como um são Jorge de verdade, do que para lhe ouvir os discursos e as frases de censor moral, de Marco Aurélio medíocre, de literato de terceira ordem.

No dia em que a Igreja católica, pelo seu chefe, fizesse com a sua liturgia o que com a do poder imperial fez no Brasil Pedro II – também a Igreja católica acabaria desconjuntando-se. Foi dos ritos da Igreja que escreveu Coventry Patmore numa das páginas mais sutis de *Religio Poetae:* “not one can be destroyed or altered without risk of some unknown loss”.

De Pedro II não é certo que tenha reinado sem governar, confirmando a célebre definição dos reis *castrati* do

constitucionalismo. Seria antes justo dizer que ele governou sem reinar.

"O Senado o conselho de Estado viviam do seu favor, de sua graça" – diz-nos Joaquim Nabuco. E Assim Brasil confirma o depoimento de Nabuco: "a sombra do trono cobria tudo mais". "É ele só – continua Nabuco – quem regula os acessos e dá as garantias." Mas tudo pelo só critério moral. Tudo pelo critério de governante inglesa. E de tanto manejar o lápis azul de censor moral, o falado *lápis fatídico,* dom Pedro acaba quase perdendo o jeito de empunhar o cetro. Este, o seu drama – e o drama – ou a tragicomédia? – da monarquia no Brasil do século XIX: um Brasil predisposto ao governo de um arquipatriarca, cujo palácio fosse uma arquicasa-grande e cuja figura só surgisse aos olhos do povo a cavalo, as esporas de ouro tilintando como as de um Carlos Magno de história de Trancoso.

Pode-se com justiça desejar que dom Pedro II tivesse sido um monarca, senão de vida mais movimentada, menor moral e filosoficamente preocupado; menos livresco; menos neto de Marco Aurélio; menos voltairiano; menos amigo e admirador de Victor Hugo; menos interessado em *fingir que governava um povo livre,* segundo o epigrama atribuído a Ferreira Viana; menos sensível à opinião liberal e literária da Europa a seu respeito; e mais atento às realidade brasileiras; mais dentro do seu momento social e político; mais em dia com a vida de um povo de senhores, aderentes e escravos; mais desdenhoso da opinião europeia sobre as condições de um Brasil jovem, desigual, ainda nas primeiras provas tipográficas de sua formação; mais marcial; mais imperador para os olhos brasileiros do que para os ouvidos de Gladstone e Victor Hugo. mais litúrgico; mais sensível ao Exército que o desejava marcial, não para promover guerras e sim para assegurar a paz; mais neto de dona Carlota Joaquina; mais sobrinho de dom Miguel; mais leitor de Gama e Castro.

Quando o príncipe dom Luís – belo esboço de dom Sebastião brasileiro a quem a morte não permitiu tomar definido relevo – escreveu em *Sob o Cruzeiro do Sul* que "o erro principal da

monarquia foi preferir como base de sua autoridade as ideias abstratas aos fundamentos naturais que os ensinamentos do passado lhe poderiam indicar", mostrou que o erro do seu avô, via-o ele, dom Luís, clara e profundamente como nenhum crítico da monarquia até então. E com o ponto de vista do príncipe confluem críticas recentes de Oliveira Lima e do professor Percy Alvin Martin, da Universidade de Stanford.

Foi exatamente pelo *espírito paisano,* espécie de calvinismo político a roer-lhe de dentro para fora a majestade, que apodreceu o trono brasileiro: pela sua dependência exclusiva do chamado "prestígio moral" e "intelectual", num país ainda pouco sensível a formas tão altas de prestígio. Daí a observação de um estrangeiro ilustre, contemporâneo do trono – Ramalho Ortigão: "O imperador é um homem bom, na mais larga acepção desta palavra, dotado de todas as grandes e belas qualidades opostas às que deveria ter o chefe de um Estado adolescente, rico, imaginoso, poético, qual o Brasil. Este deveria ser: um rei acumulando a percepção da índole juvenil, impetuosa de seiva, um tanto impaciente e tumultuária das nações americanas, com o sentimento europeu da disciplina, do prestígio e do comando…".
Dom Pedro II começou por ter a superstição da *solução jurídica* de que fala, em interessante estudo sobre o Brasil no século XIX, o sr. Gilberto Amado. E com a superstição da *solução jurídica,* a do liberalismo burguês que o levou a desprestigiar oportuna e inoportunamente não só o Exército como a nobreza rústica mas plástica – nas mãos de um Pedro II que fosse outro Pedro, o Grande – de senhores de engenho.

Pedro II como que evitou governar monárquica, patriarcal e brasileiramente o Brasil para o dirigir segundo uma combinação toda sua de "poder pessoal" com conceitos de ideologia liberal, então a irromper dos versos bombásticos de Victor Hugo e dos discursos de Gladstone. Foram os livros – mais uma vez em destaque – que o fizeram perder de vista o Brasil. E livro contra livro, um *pronunciamento* de majores e tenentes livrescos, professores de matemática e astronomia, é que o expulsa afinal do trono.

A dom Pedro II faltou mais de uma vez a noção da necessidade de ser brasileiramente tradicionalista contra os excessos burguesmente liberais da época. A dom Pedro e aos seus estadistas. É por isto que as suas casacas todas se acinzentam quando no meio delas aparece – com seus exageros de padre educado na Europa mas também com modos de filho de senhor de engenho – dom frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira – esse sim, com alguma coisa de imperador do Divino para os olhos do povo. Em volta do roxo de sua murça, titulares e conselheiros do Império ficam por um instante quase do tamanho de titulares e conselheiros de Eça. Antes de se tornar brasileiramente mártir, seu vulto é o de um herói. Um dom Quixote vestido de capuchinho.

Conservadores e *liberais* são rótulos sem sentido no Brasil de Pedro II. O que quase todos querem, nas chamadas "altas esferas" da política, é se excederem no *liberalismo burguês* que se torna, em todos os sentidos, a *estrada real.* O que todos querem é ver quem chega mais depressa à negação da tradição e do paternalismo; ou à sua redução ao mínimo, sem para tal estarmos preparados. A obsessão é a do "Parlamentarismo", do "Constitucionalismo" e do "Liberalismo": tudo com maiúscula. O fato é reconhecido pelo próprio Rui Barbosa, em discurso pronunciado aos 25 anos; em favor da eleição direta, no Teatro S. João da Bahia a 2 de agosto de 1874. Ao jovem espírito do orador baiano a confusão entre *liberais e conservadores* se afigura, então, *anomalia detestável.* E recorda, a propósito, o exemplo da Bélgica onde, em 1864, quando um chefe católico apresentou ao rei um programa de reformas liberais, ou antes, radicais, observou-lhe o monarca "Tudo isto é muito sensato, é sedutor até; mas se ides apostar com o partido liberal a carreira democrática, aonde iremos parar?".

Faltou-nos no Brasil quem perguntasse aos *conservadores* a confundirem-se com o liberalismo dos *liberais,* aonde iríamos parar na doida corrida *liberalista.* Era o imperador, decerto, a quem primeiro cabia senão atitude ortodoxa, de tradicionalista, a

de intérprete da tradição brasileira em face dos exageros de imitação do exótico pelos chamados *liberais,* em face dos exageros de imitação da Europa burguesa e dos Estados Unidos plutodemocráticos por um povo ainda na sua fase rudimentarmente patriarcal. Mas o imperador – também liberal, voltairiano, admirador das maravilhas norte-americanas, amigo de Victor Hugo – falhou. Fracassou. Concordou. Deixou de ser a voz necessária a favor da tradição brasileira. Deixou de ser o pai e o aliado dos pais-senhores de engenho, dos pais-barões, dos pais-fazendeiros para ser cúmplice dos filhos – os bacharéis revoltados contra toda espécie de tradição. Nada mais típico de sua atitude de extrema transigência que aquela sua frase ao senador Saraiva: "Sr. Saraiva, o senhor sabe que eu nunca fui obstáculo às ideia adiantadas".

Olhando-se hoje o Segundo Império tem-se a impressão de que faltaram-lhe à paisagem política contrastes fortes e definidos. Contrastes de branco e preto. Faltou-lhe à vida o embate de energias divergentes. O liberalismo burguês a quase todos acinzenta numa conciliação bem ao sabor do século. Do século que na própria arte acabaria se esfumando todo nas telas de Whistler; e dizendo com Verlaine: *Pas de couleur, rien que la nuance;* e com Renan, ou não sei que discípulo seu, ser o cinzento a cor da verdade. Do século que de tanto se esbater em cor-de-rosa e cinza acaba provocando a reação formidável do expressionismo; e aquele grito jovem e claro de Ernesto Psichari, neto de Renan, exaltando a acre natureza africana pelo definido do seu branco e do seu preto; pela sua nenhuma *nuance.*

Creio que é do grande romântico alemão dos nossos dias – brasileiro, aliás, por um dos costados: Thomas Mann – o conceito de que só há cultura viva quando se verifica o jogo heroico dos contrários. Conceito bem wagneriano. Foi o que mais faltou à política do Brasil de Pedro II: o jogo heroico dos contrários. Sua música foi a de Verdi, melodiosa e maciamente burguesa. Cinzenta. Cor-de-rosa.

“Governo conservador-progressista e progressista-conservador”, disse o visconde, depois marquês de Paraná, ao definir a orientação de dom Pedro II, sobre a qual ele, Paraná, tanto influíra: a de acabar com definidas divergências na paisagem política do Império: a de nos favorecer com uma ordem que quase não passava do que alguém já chamou de “tranquilidade pútrida”. Sob a aparência de “liberalismo”, a menos liberal das situações. Nas palavras de um observador da época – homem arguto e sensível aos degradantes efeitos daquela orientação: “adormeceram as paixões políticas, a ação do governo marchou mais desassombrada de agitações partidárias; mas, por outro lado, a indiferença e o cepticismo começaram a medrar”.

Que o imperador tivesse harmonizado divergências ou equilibrado antagonismos, compreende-se. Teria sido realmente um *poder moderador*. Um elemento de coordenação. Teria agido dentro das melhores tradições luso-brasileiras de *stateman-ship*. Mas não. Dom Pedro II concorreu para que se apagassem divergências políticas no Brasil, ele próprio dissolvendo-se na corrente mais poderosa que era a de aparente liberalismo, a do bovarismo jurídico, a do europeísmo cenográfico. Sob sua influência o Brasil político tornou-se como o Brasil econômico dominado pela monocultura e o Brasil patriarcal dominado pelo sexo masculino: uma vida quase sem o entrechoque de antagonismos saudáveis. As desvantagens da opressão, da exclusividade, da monotonia sem as compensações sociológicas e estéticas do regime monárquico corajosamente praticado.

Eis o que falta à paisagem política do Brasil de Pedro II: a coexistência de definidas energias divergentes, combatendo-se em igualdade de forças, como irmãos separados, sob o poder monárquico, sob a autoridade patriarcal sob a figura paternal de um imperador mais do Divino que da constituição, mais brasileiro que imitação de rei inglês, mais telúrico do que postiço, mais papo de tucano do que de sobrecasaca príncipe Alberto.

Chesterton, entre outras virtudes que exalta na Igreja católica, salienta esta: a de manter intactas, sem as confundir, energias

divergentes, tragicamente divergentes até, como o culto da família e o culto da virgindade. O vermelho e o branco. O vermelho vivo e o branco puro. O "jogo heroico dos contrários" de que fala o alemão.
Eis o que faltou à política no Império brasileiro e muito por falta do monarca: o embate de divergências; o branco e o preto; energias definidas; uma ortodoxia brasileira mais forte contra um *liberalismo* europeu que sem contrapeso tornou-se absorvente e afinal, exclusivo, através da revolta de filhos contra pais em que dom Pedro II tomou ostensivamente o lado dos filhos, deixando o povo brasileiro politicamente sem pais. Só com um imperador à inglesa: semelhante a uma governante inglesa. Só com uma mãezinha magra e coxa vinda da Itália: a chamada Mãe dos Brasileiros.

É bem típica do estado de *anomalia detestável* a que chegamos – a opinião tradicionalista dissolvida na utópica e falsamente *liberal* – a maneira por que se fez afinal a lei da abolição. Diz-se – escreve Oliveira Lima – "que quando o ministro da Agricultura leu à Câmara dos Deputados a proposta governamental, o entusiasmo foi tal no recinto e nas galerias que ele não ousou ler um segundo artigo fixando uma justa indenização aos donos de escravos, muitos deles reduzidos a precárias circunstâncias". E hoje nos parece espantoso que não houvesse uma voz com a coragem de desdenhar da popularidade e sobrepor o bom-senso ao lirismo exagerado de uma hora de exaltação parlamentar.

É natural que a rústica nobreza de senhores de engenho se separasse, como a Igreja – e sobre este ponto se impõe a leitura do recente e agudo trabalho de Luís Cedro sobre dom Vital -, do trono que a não prestigiava. E entretanto naquela nobreza de rústicos, um imperador paternalista poderia ter aproveitado uma grande força brasileira com qualidades para desenvolver-se em *élite*. *Élite* de transição do patriarcado rural para a pequena família, em que a tradição e até a hereditariedade de família conservassem valores que somente ela, *élite* rural e semirrural prestigiada e amparada pelo imperador, poderia ter conservado no

interessa da democracia aristocrática para que o Brasil estava predisposto desde os seus começos.

Bem pitorescos os começos da nobreza de título no Brasil imperial. Titulares de nomes de um sabor muito da terra, arrevesadamente guaranis, alguns. Nomes de rios. Nomes de cachoeiras. Nomes de engenhos. E ouriçados de sílabas que devem ter sido a tortura dos diplomatas europeus obrigados a pronunciá-las: Baependi, Sepetiba, Cairu, Macaé, Sinimbu, Itaboraí, Itanhaém, Sapucaí, Paranaguá, Abaeté – e o mais curioso de todos, antes caricatura de nome do que mesmo nome: Gê Acaiaba Montezuma de Jequitinhonha.

Homens, na grande maioria, nascidos e criados em engenhos de açúcar, em fazendas de gado e depois de café. Tomam rapé. Limpam-se com lenços de alcobaça sarapintados de vermelho. Rapam a cara toda como Zacarias ou conservam um colar de barba como Eusébio ou usam suíças israelíticas de banqueiro como Paranhos. Sabem latim, apreendido com o capelão do engenho, o tio padre ou o mestre régio. Montam elegantemente a cavalo. Os do norte sabem manejar a faça de ponta com cabo de prata. Como o marquês do Recife – boa figura de fidalgo quase analfabeto. Multiplicam-se biblicamente em filhos, crias, moleques, mulatos. Descendem alguns daquela fidalguia cheia do espírito de aventura que veio para o Brasil de Portugal, da Espanha, da Florença, da Holanda; boêmios da fidalguia que aqui deixaram desbotar, sob o sol da vida livre no trópico e ao requeime de amores irregulares, os azuis e os vermelhos dos seus brasões. Cavalcantis, Camargos, Albuquerques, Melos, Andradas, Vanderleis.

Dessa nobreza é que dom Pedro II mais paternalista e mais teluricamente brasileiro, mais homem de ação, mais identificado com as urgências do momento e ao mesmo tempo com a tradição brasileira, mais resistente ao parlamentarismo burguês, poderia ter feito uma *élite* animada de *consciência de espécie* rusticamente brasileira; impregnada de uma noção clara de responsabilidade nacional diante da época de transição que tínhamos que enfrentar

e em face dos interesses estrangeiros empenhados no nosso enfraquecimento e até na nossa fragmentação. Fragmentação que teria se verificado com a República, não fora o impulso adquirido – o impulso de unidade – que nos transmitiu a monarquia, que nos comunicou Pedro II, com toda a sua vergonha do papo de tucano para a qual se voltavam com igual respeito brasileiros humildes mas sólidos nas mais diversas regiões.

Houve, no parlamento de Pedro II, uma curiosa figura de ortodoxo da realeza efetiva no Brasil. Um romântico da tradição. Um esquisitão do bom senso: Martinho Campos. Martinho Campos: um plantador de Minas Gerais.

Tem o espírito do senhor de engenho. Sente que a *nobreza obriga,* e que uma das obrigações da nobreza patriarcal do Brasil é a de dirigir e proteger a nação ainda em começo, necessitada de cuidados paternais. Por isto é antiabolicionista: “Cá por mim – exclama um dia no Parlamento – sou e serei sempre escravocrata da gema. É dever meu sê-lo… hei de saber cumpri-lo…”.

Receava o que de fato sucedeu; o que é hoje reconhecido do ponto de vista econômico como do social e político: que a repentina abolição, muito bonita para efeito de repercussão europeia, fosse a desorganização da vida brasileira e a infelecidade dos próprios pretos.

Ao Segundo Império faltaram mais Martinhos Campos; e a Pedro II um pouco de Martinho Campos, alguma coisa de frei Vital, outro tanto de Cotegipe. Faltou-lhe a noção exata do lado para o qual deveria ter pendido, naquela função de *poder moderador* que tanto discutiram os teóricos da época. Faltou-lhe o ânimo, faltaram-lhe as qualidades pessoais para ser o que a tradição do Brasil patriarcal, a necessidade do momento e o próprio futuro brasileiro pediam que ele fosse: um coordenador de divergências necessárias.

Foi – em desacordo com o meio e as tradições do nosso país – uma figura de burguês liberal feito para governar a Suíça; e hoje

nos surge – nestes dias em que o Brasil parece querer gritar para as sombras do seu passado monárquico um “Aqui d’el rei!” angustioso – como uma das figuras mais dramáticas e até trágicas da nossa história. Trágica pelo seu desajustamento ao meio e ao momento. Trágica pelo excessivo espírito de conciliação e pelo pavor à coexistência de antagonismos na política brasileira, que o amoleceu no *Pedro Banana* das caricaturas. O momento queria-o mais acre, mais incisivo, mais duro: ele não fez caso do momento e tornou-se o mártir do seu próprio excesso de liberalismo acadêmico, sem raízes nas condições brasileiras; de pacifismo mórbido, com o sacrifício das divergências saudáveis de que ele devia ser o coordenador e nunca o destruidor.

Fradique Mendes – de quem as pesquisas recentes de Antônio Sardinha mostraram que era no íntimo um antiliberal extremo – via num imperador moço, são, de bom parecer, bem brasileiro – a chance de desembaraçar-se o Brasil do absorvente tapete europeu. Uma linda receita com o nome do remédio em letra de médico. Dom Luís, neto de dom Pedro II, teria sido talvez o imperador moço desejado pelo Fradique, diante do fracasso do velho e bom Bragança para quem o tapete europeu foi toda a vida o abrigo com que se defendeu do contato vivo com o chão cru do trópico. Mas agora que dom Luís é morto, como se retificará a história brasileira? Um otimista diria que por um presidencialismo mais acentuado nos seus pendores monárquicos; nas suas tendências para a realeza eletiva que Theodore Roosevelt inaugurou nos Estados Unidos embora sem se desembaraçar de todo dos interesses plutocráticos. Um radical desejará que dom Sebastião volte. E o sebastianismo não faz mal aos povos: apenas não lhes resolve os problemas.